

RELATÓRIO 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
GRUPO DE TRABALHO DE
ATENÇÃO À SAÚDE

Data: 19/05/2025

Horário: 09:00 horas

Por Videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 – Apresentação e discussão de mudanças nas resoluções CIB que aprovam recursos para a atenção aos adolescentes em conflitos com a lei em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Apresentação: Maria Sena (GERPOP/SPAIS/SES)

Dra. Maria Sena – GERPOP/SPAIS/SES, disse que há 46 municípios cofinanciados para o meio aberto e verificaram a necessidade de fazer algumas adequações na Resolução para melhor atender a população. Os municípios de Goiânia, Formosa, Anápolis, Itumbiara, Porangatu e Itaberaí são as Unidades que eram fechadas, e passaram para abertas. Mostrou a planilha do número de habitantes com os valores recebidos. Os critérios do articulador de Redes são: deverá ter a carga horária mínima de 20 horas semanais; não poderá ser o mesmo profissional que ocupe função de gestor; não poderá ser o mesmo profissional que ocupa a função de matriciador nas Unidades Socioeducativas. As atribuições básicas do Articulador de Rede são: apoiar o desenvolvimento de estratégias de integração intersetorial junto à gestão local; organizar e participar das reuniões ordinárias do Grupo de trabalho Intersetorial Municipal; articular rede intersetorial disponível no território; estimular e articular a integração do Plano individual de atendimento e projeto terapêutico singular; participar do Plano Individual de Atendimento; articular o agendamento dos atendimentos para os adolescentes; acompanhar o atendimento de saúde dos adolescentes na rede; participar do planejamento e execução das ações de promoção de saúde. É isso que tinha para apresentar nas mudanças da nova Resolução.

Dra. Amana Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS/SES, questionou se alteração foi a inclusão das 20 horas e no recurso houve alteração.

Dra. Maria Sena – GERPOP/SPAIS/SES, respondeu que articulador de redes precisa cumprir no mínimo 20 horas fica a cargo do gestor municipal se quer colocar mais horas. O recurso em territórios grande como o município de Goiânia o trabalho é feito com os CREAs é o articulador de Redes que vai em buscar dos adolescentes. O recuso é para capitar mais de um articulador de redes em territórios maiores.

Dra. Fernanda – Regional Entorno Sul/SES, perguntou se já tem o valor definido.

Dra. Maria Sena – GERPOP/SPAIS/SES, respondeu que o município que tem mais de 225 mil habitantes o valor subirá para R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) os outros municípios mantêm o mesmo valor.

Dra. Aparecida – da Regional Nordeste II/SES, perguntou quais as Resoluções terão mudança.

Dra. Maria Sena – GERPOP/SPAIS/SES, respondeu que é somente a Resolução da Promoção da Saúde do Socioeducativo. É a Resolução nº 066/2024, que esta vigente.

Dra. Amana Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS/SES, disse que terá alteração da Resolução 066/2024, que os municípios que têm mais de 225 mil habitantes o valor passará para R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais). A pauta está encaminhada para reunião da CIB em discussão e pactuação.

Encaminhamento – encaminhado para a pauta da reunião da CIB para o item Discussão e Pactuação.

1.2 – Apresentação da situação da Contrapartida Estadual da Assistência Farmacêutica – AF.
Apresentação: Gysella Santana H. de Paiva (GERAF/SPAIS/SES)

Dra. Eleni – GERA/SPAIS/SES, disse que o cofinanciamento da Farmácia Básica é realizado pelo três Entes: Ministério da Saúde, SES e SMS. A contrapartida do Estado e do município é um valor único até 2023 o valor era de R\$ 2,36 por habitante ano para financiamento das compras dos medicamentos. O Estado passava R\$ 3,00 aos municípios, até 2023 era esse valor que era repassado para os municípios. Em 2024 com a necessidade de recompor esses valores financeiros e fortalecimento e a organização da assistência farmacêutica nos municípios, então sugeriram que fizesse esse pagamento através de alcance de indicadores. Na Resolução nº 58/2024 foi pactuado que o Estado passaria o valor de Bloco Fixo que poderia chegar a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por habitante/ano caso os municípios atinjam os indicadores do Bloco fixo que 70% do recuso e o bloco de processos e resultados é 30%. A legislação prevê que o Estado teria que repassar aos municípios o valor de R\$ 3,01(três reais e dez centavos) por habitante/ano desde 2024 o Estado repassa R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) por habitante/ano que é o valor do Bloco fixo, mas o valor pode chegar a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), se atingir os indicadores. Os indicadores são: que o município tenha profissional farmacêutica designado como responsável para AF; tenha Comissão Municipal de Farmácia Terapêutica e/ou medicamentos essenciais (REMUME); tenha produção de ações de Educação em Saúde na assistência farmacêutica. São esses três indicadores cada um vale 10% para complementar o valor de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) para chegar a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos). Pede que o município encaminhe em relação ao profissional farmacêutico designado

como responsável pela Assistência Farmacêutica: cópia da Portaria ou Decreto nomeando o profissional para o cargo; cópia da carteira do CRF/GO do profissional e declaração de inscrição ativa no CRF, esse seria o primeiro indicador. O segundo indicador em relação a Comissão Municipal de Farmácia e Terapêutica e/ou Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) precisa encaminhar: a cópia da Portaria criando CFT; a cópia da Portaria de nomeação dos membros da CFT; a cópia da publicação da REMUME do município e as Atas das reuniões da CFT. A Comissão tem que ser ativa, fazer reuniões. A Produção de Ações de Educação em Saúde na Assistência Farmacêutica pedem: a cópia do relatório de atividade coletiva na Atenção Básica; tipo de atividade Educação em Saúde na categoria profissional farmacêutico; Meta 100% que é, pelo menos, uma atividade em Educação em Saúde por mês no trimestre por Unidade de Atenção Primária e fórmula de cálculo que é a taxa de ações de Educação em Saúde igual ao número de ações realizadas no trimestre/número de unidades de atenção primária x 100. O cenário atual dos 246 municípios apenas 25 enviaram a documentação: 06 municípios enviando 01 indicador; 16 municípios enviando 02 indicadores e 03 municípios enviando 03 indicadores. Os três municípios que enviaram os indicadores citados são: Pirenópolis; Planaltina e Guarinos. Relatou como está o cenário atual, destacando que precisaria melhorar significativamente. Reconheceu a necessidade do município em relação à aquisição de medicamentos da farmácia básica. Informou que havia 6 (seis) municípios enviando apenas 1 (um) indicador, geralmente representados pelo profissional responsável pela assistência farmacêutica, sem a existência de comissão. Outros 16 (dezesesseis) municípios estavam enviando 2 (dois) indicadores, enquanto 3 (três) municípios estavam enviando 3 (três) indicadores, relacionados às ações de saúde. Apontou essa situação como uma dificuldade relevante, já que a maioria dos municípios não enviou os indicadores. Informou que houve tentativa de mobilização para que essa entrega pudesse ter ocorrido e acredita que, com isso, seria possível alcançar, até o final do ano, um quantitativo melhor do que o atual. Destacou que os 3 (três) municípios que enviaram os 3 (três) indicadores até o momento, 19/05/2025, são Pirenópolis, Planaltina e Guarinos. Estes seriam os municípios que receberiam os R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por habitante/ano, conforme estabelecido. Ressaltou que apenas 25% do recurso destinado foi gasto até o momento, ou seja, estando praticamente na metade do ano, já se deveria ter utilizado em torno de 50% do recurso. Devido à situação dos indicadores, afirmou que não será possível atingir a meta estabelecida. Finalizou destacando que era isso que gostaria de ter repassado, para que as equipes dos municípios e a Secretaria de Estado da Saúde (SES) tivessem recebido os indicadores, permitindo que o município pudesse ter recebido a contrapartida completa, viabilizando assim a compra dos medicamentos.

Dra. Ana Paula/ Sudoeste II – SMS de Mineiros, disse que tinha uma dúvida que era a sobre a fórmula de cálculo das atividades, que era de educação e as atividades coletivas no caso, ela previa, 11 (onze) atividades no trimestre por Unidade de Atenção Primária e independente se essa unidade ela possuía a farmácia, no caso, o município, onde tinha as 11 (onze) Unidades Básicas de Saúde, precisaria que farmacêutica desenvolveria as atividades no trimestre nestas 11 (onze) unidades, correto?



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Eleni – GERAf/SPAIS/SES, falou que sim.

Dra. Claudete – SMS de Anicuns, disse que teria a dúvida, seria em com relação à comissão. Essa comissão, ela tem uma quantidade de pessoas que têm que estar nela. Como que é?

Dra. Eleni – GERAf/SPAIS/SES, falou que não tem quantidade, solicitou que seja o maior número de profissional possível, um farmacêutico, um médico, um enfermeiro, alguém da comunidade que queira participar também seria interessante. Então assim não tem uma quantidade, mas que tenha um coordenador para que leve para essa comissão as necessidades a serem discutidas.

Dra. Claudete – SMS de Anicuns, disse que estaria certo. E com relação a essa questão do trabalho de educação, poderia ser em conjunto com o Núcleo de Educação Continuada em Saúde Pública?

Dra. Eleni – GERAf/SPAIS/SES, falou que sim.

Dra. Maira Neves – SMS de Aragarças, disse que tinha uma dúvida quanto ao lançamento desse profissional farmacêutico na Atenção Primária, ele deveria estar vinculado a todas as Unidades Básicas para poder fazer o lançamento ou algum outro profissional que poderia fazer essa educação permanente e fazer o registro?

Dra. Eleni – GERAf/SPAIS/SES, falou que o registro, tem que ser feito na modalidade farmacêutica mesmo. O farmacêutico poderia fazer a realização das atividades em conjunto com outros profissionais, mas na hora e lançar em que ser na modalidade farmacêutica.

Dra. Maira Neves – SMS de Aragarças, falou que no caso do município que possui um farmacêutico só na farmácia básica, necessitará de credenciar ele no cadastro do CNES em todas as Unidades Básicas para poder ter esse lançamento, para poder subir o registro e vincular ele a equipe?

Dra. Eleni – GERAf/SPAIS/SES, disse que é isso, perguntou quantas Unidade Básicas teria?

Dra. Maira Neves – SMS de Aragarças, falou que tem 7 (sete) unidades.

Dra. Eleni – GERA/SPAIS/SES, disse que teria que fazer ações nas unidades. Terá que ter o registro e cadastrar nas unidades sim.

Dra. Maira Neves – SMS de Aragarças, agradeceu.

Dra. Ana Paula – Sudoeste II – SMS de Mineiros, perguntou se teria alguém do CNES para retirar umas dúvidas? Na realidade muito parecida com a pergunta anterior, é que teria farmacêutico em 7 (sete) das 11 (onze) Unidades. E esse profissional precisaria estar no CNES para que a atividade coletiva subiria e seja validado, disse que iria ter um problema com carga horária, porque de fato, precisaria estar presencialmente, ele estaria 40 horas em uma dessas unidades, mas ele pode ser convidado a participar de um grupo do Hiperdia, do Tabagismo, ou de um grupo de gestão e realizar a atividade no trimestre, porém, é esse lançamento ele, ele vai dar um problema, porque iria ter que dividir esse profissional? Essa carga horária no CNES das outras atividades? Precisaria de ter levado a essa pergunta é alguém que conseguiria dar os esclarecimentos ele, ele estaria fixo 40 horas na unidade, a qual ele faz parte, perguntou se estava claro o relato da dúvida dela?

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva do COSEMS, disse que considerando todas as dúvidas, considerando que só 25 (vinte e cinco) municípios enviaram, teria que ter tido uma hora específica para cada o município. Teria que ter uma oficina, um encontro específico onde tire todas as dúvidas dos municípios, quanto as comissões, quanto a atribuição dessa comissão, como cadastrar o CNES. Como preencher esses formulários para enviar para o para SES. Porque houve uma mudança dos gestores, e isso refletiria nas equipes, Teria que propor um momento à parte, uma oficina e pensar nesse formato e de uma data.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente SPAIS/SES, disse em ter concordado, já tiveram 2 (dois) momentos, com os farmacêuticos e com a Equipe da SES, inclusive, foram convidados os Coordenadores Atenção Primária. Já houve uma capacitação só com os farmacêuticos, também orientação do componente especializado que foi SEMAC e talvez assim pudessem fazer outro momento só para falar de cofinanciamento, organizariam e chamariam os gestores. Observou que nem 25% do recurso já foi utilizado. Disse que organizarão e convidaria o COSEMS.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva do COSEMS, sugeriu chamar o pessoal do CNES também.

Dra. Lorena Mota – Superintendente de Regulação/SES, disse que a Dra. Junelle estaria na sala também, concordou em organizar esse outro momento que a Dra. Amanda vai conduzir, estariam presente com toda a equipe de faturamento e Dr. José Carlos para fazer as orientações quanto ao CNES.

Dra. Eleni – GERA/SPAIS/SES, disse que acreditaria que a Dra. Amanda, e o pessoal, da Assistência Farmacêutica, eles deveriam ter feito essas ações até muito mais do que tem solicitado, a dificuldade estava realmente quando iria ser inserindo no sistema. Acharia muito importante fazer esse momento para esclarecimento de todas as dúvidas e quem sabe no final do ano conseguiria que os 246 municípios estariam enviado os indicadores.

Dra. Ludimila Mariano Lemos – RS São Patrício II/SES, concordou em realizar a oficina referente a esse tema, em Atenção a Reestruturação da Assistência Farmacêutica nos municípios, que nem todos têm essa estruturação, para que os Gestores possam tem o entendimento de como é o financiamento, essa responsabilidade ficar só em cima do profissional farmacêutico. Referente aos indicadores achou que ainda não teve um entendimento por parte dos gestores referente a esse cofinanciamento.

Dra. Maiane Magalhães do Nascimento – RS de Iporá/SES, disse ter tido dúvida quanto alguns municípios da região, no que diz respeito a carga horária, e a farmácia ela é centralizada, eles têm somente um profissional farmacêutico. Disse em concordar com o farmacêutico deles, o farmacêutico tem que estar presente para dispensação desses medicamentos na farmacinha, orientará o município para que não haja perdas de nenhum lado e para o Conselho de Farmácia também, não vá até o município e notifique, porque está fechando a farmácia ou deixando outro profissional para fazer a dispensação desses medicamentos. As atividades coletivas, para conseguir alcançar esses indicadores, porque na última capacitação que tiveram, Dra. Amanda até citou, mas não foi citado sobre esse cofinanciamento. Dra. Amanda teve vários assuntos, inclusive estava presente na reunião dos coordenadores, mas sobre esse em questão, não teve nenhuma fala referente a esse cofinanciamento.

Dr. Afonso – RS de Iporá/SES, disse que inclusive, tem a Portaria 134/2011 que cita do CNES e onde o profissional não pode estar cadastrado em mais de 3 (três) unidades pública. E no final também tem que ver essa situação, como já foi dito.

Dra. Eleni – GERA/SPAIS/SES, disse com relação ao CNES. realmente não saberia dizer como funcionar, mas que vai atrás para quando for fazer esse momento da oficina, possa ter algumas informações para contribuição, precisará verificar essa questão.

Dra. Lorena Mota – Superintendente de Regulação/SES, disse que já estão passando para o Dr. José Carlos e Dra. Amanda para eles fazerem as avaliações. Na oficina, conseguirão fazer os esclarecimentos da questão da carga horária.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente SPAIS/SES, disse que a pauta irá como informe.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva do COSEMS, lembrou que não tem apresentação, na reunião da CIB terá muita dúvida quanto o que foi dito, foi apresentado no GT, já foi esclarecido e na reunião da CIB o que tem que fazer é que falar que foi apresentado o monitoramento e foi identificada a necessidade de uma oficina que realizará dia tal.

Encaminhamento – vai para a reunião da CIB no item informe.

1.3 – Apresentação dos termos de compromisso para fornecimento de hemocomponentes a serviços municipais de saúde com vigência expirada. Apresentação: Kellyngton Magalhães – Coordenação da Hemorrede (GAE/SPAIS/SES)

Dr. Kellyngton Franca Magalhães – Coordenação da Hemorrede/GAE/SPAIS/SES, disse que estava retomando uma pauta que apresentou no GT de Atenção no mês de fevereiro/2025, a respeito do Termo de Compromisso para fornecimento de hemocomponentes para os serviços municipais de saúde, que está com vigência expirada, existem regramentos quanto ao fornecimento de hemocomponentes a serviços de saúde, esse fornecimento está condicionado a atendimento da legislação vigente, que a RDC 34 e a Portaria Consolidada número 5, dentre os requisitos do fornecimento de hemocomponentes, deveria existir um Termo de Compromisso formalmente estabelecido entre as partes, o serviço produtor fornecedor de uma componente e o serviço de saúde usuário para e receberem os hemocomponentes. o serviço de saúde deve estar regularizado junto ao órgão de Vigilância Sanitária competente. Nos mês de fevereiro/2025 trouxe novamente para contextualizar, os municípios listados (apresentou a tela), têm fornecimento de hemocomponentes a partir de uma das unidades produtoras de hemocomponentes da SES. O hemocentro coordenador, os 4 hemocentros regionais e as 4 CTS no interior do estado, no anos de 2023, aproximou se o fim do prazo de vigência dos termos de compromisso dessas unidades, o hemocentro notificou os serviços, cada um deles para providenciarem as documentações para a renovação desse Termo de Compromisso. No final do ano de 2023, a vigência foi expirada e os Termos de Compromissos não foram renovados por ausência de alvará sanitária atualizada, ou seja, os serviços não estavam regularizados junto ao órgão de Vigilância Sanitária competente e, portanto, os termos não foram renovados, entretanto, no início de 2024, a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da SUVISA e da SPAIS, em conjunto com o COSEMS, definiram pela manutenção do fornecimento de hemocomponentes, mesmo com o termo de vigência inspirado durante todo o ano de 2024, isso seria para que os estabelecimentos providenciassem a regularização junto à SUVISA, no segundo semestre de

2024 o Hemocentro novamente notificou os serviços para providenciarem a documentação. No final do ano de 2024, considerou a ausência de regularização dos serviços, e a SES novamente deliberou por emitir um novo documento prorrogando o fornecimento desses Hemocomponentes por mais de 6 meses, até o dia 30/06/2025. No mês de fevereiro de 2025, foi enviado o Ofício Circular a esses municípios, Secretarias Municipais de Saúde e ao serviço de saúde, alertou sobre a situação para a prorrogação do prazo e solicitando providências para regularização como foi falado no mês de fevereiro/2025. No mês de abril/2025 não obtiveram retorno, a Vigilância Sanitária informou que não houve procura para regularização pelos municípios. Foi feito novamente um Ofício Circular alertou os municípios quanto à situação e foram convidados para uma reunião acerca do assunto. Os municípios específicos, as Secretarias Municipais de Saúde, essa reunião foi realizada no dia 29 de abril, de forma online com as Secretarias Municipais de Saúde, com a participação do COSEMS. No dia 19 maio/2025, foi apresentado a mesma situação do dia 29 de abril, e até 16/05/2025, segundo Gerência de Fiscalização da Vigilância Sanitária, apenas 2 (dois) municípios procuraram a Vigilância Sanitária para buscarem orientações quanto a regularização. A apresentação estará disponível, são inúmeros municípios, são vários serviços de saúde nesses municípios e reiterou a importância das providências dos respectivos gestores municipais para a regularização do estabelecimento junto à Vigilância Sanitária, no sentido de evitarem a interrupção do fornecimento de hemocomponentes, o que que seria importante mais uma vez, e que foi dito na Reunião do dia 29 de abril/2025 para os municípios, boa parte, ou talvez todas as situações relacionadas a regularização sanitária desses estabelecimentos de saúde, estão vinculada a estrutura física e é claro que entendeu que não dá para resolver o problema de estrutura física com a rapidez, entretanto, os municípios não têm procurado a Vigilância Sanitária, o estabelecimento de saúde desses municípios não tem procurado a vigilância sanitária se quer para elaboração de um Plano de Ação, não está havendo movimentação dos municípios para regularizarem a situação e está se tornando crítica a continuidade do fornecimento de hemocomponentes para o serviço de saúde. No início do ano de 2025, houve uma reunião com a SPAIS, com a Vigilância Estadual provocada pela ANVISA, foi questionado essa situação no Estado de Goiás. Os prazos foram prorrogados, tem mais de um de ano que está prorrogado. A deliberação por um eventual prorrogação de fornecimento de hemocomponentes para esses estabelecimentos, deverá passar por uma análise individual de cada serviço a partir do mês de partir do mês de junho/2025, porque o dia 30 de junho/2025 é o prazo que o documento que a SES emitiu deu para regularização. Trouxe essa situação no momento, preocupados com isso e mais uma vez. Reiterou a necessidade para que os municípios tomem as providências, no mínimo para elaboração de um Plano de Ação e apresentar na Vigilância Sanitária quanto a correção ou adequação para a regularização sanitária dos serviços nos seus municípios.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente SPAIS/SES, disse que está sendo uma grande preocupação tanto da SPAIS quanto da SUVISA, com relação a essas instituições, esses hospitais, que hoje recebem, um componente de fornecimento de hemocomponentes, mas que estão em um grande risco de não receberem. O hemocomponente é extremamente importante, na organização da saúde das pessoas, dentro dos hospitais, o hospital que não consegue ter he-

hemocomponentes é um hospital que tem uma limitação, é muito grande de fazer um manejo clínico adequado de um paciente quando necessário, principalmente em momentos como partos, momentos como dengue em várias situações, como cirurgias eletivas, para cirurgias de média até de alta complexidade. Tem preocupado muito com a quantidade de unidades que não fizeram o básico que é procurar a vigilância e solicitar esse Alvará e organizar o Plano de Ação para que consiga cumprir, pelo menos esse pontapé inicial para manter o fornecimento desses hemocomponentes para essas instituições, para esses hospitais. Reforçou, disse estavam preocupados porque a lista é muito grande de hospitais, e que terá uma sobrecarga nos Hospitais Estaduais, poderá ter sobrecarga e com muito receio de ter problemas como óbitos, é que seriam totalmente evitáveis.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente de Políticas e Atenção Integral/SES, disse da grande importância do fornecimento de hemocomponentes. Preocupante a quantidade de instituições de saúde que não efetuaram o Plano de ação para manter o fornecimento dos hemocomponentes.

Dra. Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, perguntou quantos municípios participaram da reunião do mês de abril e qual estratégia adotada para além da reunião.

Dr. Kellyngton de França – GAE/SPAIS/SES, respondeu que o ofício foi encaminhado a todos os municípios porém presentes na reunião aproximadamente 1/3 dos municípios. Canais de comunicação foram disponibilizados e observa-se uma inércia por parte dos municípios.

Dra. Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, sugeriu pensar em uma estratégia de sensibilização via Regional de Saúde.

Dra. Maiane Magalhães do Nascimento – RS de Iporá/SES, reforçou a sugestão da Dra. Aparecida Rodrigues para que o assunto seja tramitado pelas Regionais.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente de Políticas e Atenção Integral/SES, informou que será encaminhado ofício por Regional para auxílio nessa organização.

Encaminhamento – vai para a pauta da reunião da CIB no item Apresentação e Discussão

1.4 – Apresentação do Agendamento de interconsulta Projeto Respira Goiás Macrorregião Sudoeste. Apresentação: Lígia Duarte (GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Lígia Duarte – GERAP/SPAIS/SES, informou que essa estratégia vem para fazer diagnóstico precoce de doenças respiratórias e agravos respiratórios. Realizado o planejamento e

capacitação no formato online. Dia 08/05/2025 foi realizada a oficina presencial em Rio Verde com 150 pessoas. Outra etapa será realizada nesse momento que será o matriciamento. O agendamento será realizado por um link exclusivo do programa. Esse é um projeto-piloto. No mês de junho será realizada essa estratégia na Macrorregião Centro-norte.

Encaminhamento – Não vai para a pauta da reunião da CIB

1.5 – Apresentação atualizada da execução do PMAE componente cirúrgico GO 2025.
Apresentação: Ellen Urzêda (GERCE/SUREG/SES)

Dra. Ellen Urzêda – GERCE/SUREG/SES, apresentou algumas Portarias que implementaram o PMAE. Mostrou uma planilha de valores referentes a vários municípios e as execuções feitas pela SES. Disse que a SES tem investindo no controle rígido de execuções de cirurgias conforme pactuações, a grande dificuldade, na fila única, são fichas que não consta Município de residência do paciente, reforça cada município precisa higienizar a fila de espera; em marco de 2025 a SES realizou R\$ 3.120.612,47 (três milhões, cento e vinte mil, seiscentos e doze reais e quarenta e sete reais), o valor pactuado R\$ 9.602.000,00 (nove milhões, seiscentos e dois mil reais), foram realizadas 32,50% de execução de cirurgias pactuadas; Aparecida de Goiânia, de janeiro a março 2025, fez R\$ 9.109.226,44 (nove milhões, cento e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos), e pactuado R\$ 6.481.565,31 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) executou 140,54%, sendo 93% executou na população própria, apenas 6,71% com os Municípios pactuados, R\$ 2.580.000,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta mil reais) foi o valor executado com os não pactuados.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, explicou 6,71% do percentual foi somente com os pactuados, observar se esse percentual está de acordo com que pactuou isso se deve ao fato de muitos municípios terem um per capita pequeno em comparação com cidades maiores como Aparecida de Goiânia. citou exemplo de Aparecida do Rio Doce tinha pactuado R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), atendeu R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais); Itumbiara pactuado R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) atendeu R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais); o fato de Aparecida de Goiânia ter atendido só 6,71% da população pactuada não significa que não está cumprindo a meta, analisar individualmente cada município, e verificar a diferença entre o pactuado e o efetivamente atendido, calculando se o resultado é positivo ou negativo; Aparecida de Goiânia estourou, atendimento pactuado da população própria; Palestina atendeu mais do que foi pactuado. Sugere disponibilizar a planilha, com os dados de atendimento, para o COSEMS para compartilhar com os municípios pactuados. Tem dúvida, sobre Repasses em 2025, porque nos projetos anteriores o Ministério da Saúde fazia o repasse quando estourava, esse ano como será, porque Aparecida de Goiânia estourou em três meses (janeiro a março).

Dra Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, esclareceu que no ano de 2024 o Ministério da Saúde não pagou o excedente.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, confirmou não pagou, mas o Estado fez remanejamento; precisa identificar o município que não produziu e tem recurso programado, e fazer a relocação no Estado, o Município de Aparecida de Goiânia precisa de orientação.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, esclareceu que as apresentações nos Grupos de trabalho são para esclarecer, e cada município estar atento ao seu recurso para execução, às vezes, o recurso é somente para execução de um procedimento e superior ao recurso do município, a execução física é diferente da financeira, para evitar problemas reforça para os Municípios monitorar, cobrar 100% de execução para não ter prejuízo aos pacientes.

Dra. Lorena Nunes Mota – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação, disse foi explicado na última reunião CIM, para os Municípios cobrarem as execuções das cirurgias, com quem pactuado; respondeu que a planilha vai ser disponibilizada para os Municípios; vai entrar contato com o Ministério da Saúde.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, pediu para todos os Municípios executantes ficarem atentos aos orçamentos, priorizar as Unidades que não atenderam de forma integral, quem atendeu muito é porque tem oferta na linha de cuidados.

Dra. Lorena Nunes Mota – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação, explicou que a planilha traz, detalhadamente, o que foi executado, para análise e avaliação dos Municípios.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, perguntou se todos os Municípios executantes pactuados, apresentaram produção?

Dra. Ellen Urzêda – GERCE/SUREG/SES, respondeu que não, na planilha consta todos os Municípios que pactuaram mas não executou nada e também o valor de cada e com quem pactuou; Goiânia executou 2,29% executou 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais) valor pactuado R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); Goiânia executou R\$ 22.626,09 (vinte e dois mil reais) para população própria, valor pactuado R\$ 177.116,83 (cento setenta e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e três centavos), 12,77%; Luziânia executou para população própria 10,39%; São João da Aliança, Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental estão pactuados com Luziânia, sem execução; Ceres executou 8,47% para os municípios pactuados, ainda falta esses

cinco municípios para executar os respectivos valores que foram pactuados; Rio Verde executou 30,93%, com os municípios pactuados e não pactuados; os Municípios Aparecida do Rio Doce, Portelândia, Santo Antônio da Barra, Aporé, Caçu e Santa Rita do Araguaia falta executarem.

Dra. Junelle Paganini Lopes – Gerente de Processamento de Produção, afirmou que os dados apresentados sugerem a necessidade de novas pactuações. Citou o exemplo de Aparecida de Goiânia, que realizou cirurgias para Goiânia sem que houvesse pactuação formal, além de já ter extrapolado a execução para a população própria. Mencionou que há outros municípios na mesma situação, sem pactuação vigente, mas com solicitações em aberto. Ressaltou que, mesmo para os municípios que extrapolaram, há pedidos para continuidade do atendimento de forma sequencial. Reforçou que as execuções devem ocorrer apenas com os municípios pactuados.

Dr. Afonso Peixoto da Silva – Coordenador Regulação RS Oeste I, perguntou se as cirurgias executadas foram baixadas no REGNET? Está preocupado, porque a porcentagem da execução está alto, e muitos Municípios solicitantes, não foram contemplados.

Dra. Ellen Urzêda – GERCE/SUREG/SES, esclareceu que o município solicitante precisa estar em constante diálogo, acompanhar, com quem pactuou, as execuções das cirurgias, o controle é do Município, a SES só monitora. Informa que já foi dado baixa no REGNET.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, perguntou qual a porcentagem de Goiás em execução das cirurgias.

Dra. Ellen Urzêda – GERCE/SUREG/SES, respondeu que o Estado de Goiás realizou 40,34%, do total geral, gastou R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais).

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, disse, até esse mês, já tem quase duas competências de produção, em torno de 60%, provavelmente é momento de fazer novo monitoramento, passar orientações aos municípios e na reunião da CIB de julho apresentar.

Dra. Lorena Nunes Mota – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação, respondeu o monitoramento é mensal e apresentado nos GTs, a planilha é enviada para as Regionais para divulgação.

Encaminhamento vai pauta da CIB, apresentação na discussão - detalhada

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

2.1 – Habilitação dos serviços de laqueadura e vasectomia para o Hospital Estadual Ronaldo Ramos Caiado Filho no município de Águas Lindas de Goiás. Apresentação: Junelle Paganini (GEPP/SUREG/SES)

Dra. Junelle Paganini Lopes – GEPP/SUREG/SES, informou que foram realizadas visitas técnicas, a documentação está certa, de acordo com trâmite do manual.

Encaminhamento vai pauta CIB para discussão e pactuação

2.2 – Aprovar a implantação do Centro de Atenção Psicossocial – Modalidade I, no município de Mara Rosa, de forma regionalizada com os municípios de Amaralina e Alto Horizonte. (SMS Mara Rosa)

Dr. Clemingos – SMS de Mara Rosa, disse, junto com os dois municípios vizinhos, já se enquadra, tem demanda suficiente para implantação CAPS no município de Mara Rosa.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, foi avaliado pela equipe técnica da SES, aprovou essa implantação.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, reforçou que é um CAPS regionalizado para atender a população de Mara Rosa, Amaralina e Alto Horizonte.

Dra. Algemira – Regional de Saúde Serra da Mesa, disse que a Regional acompanhou as discussões para implantação do CAPS em Mara Rosa, está tudo organizado para atender de forma regionalizada com Amaralina e Alto Horizonte.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi - Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, disse que essa pauta, passou por todas as etapas, com aprovação, antes da pactuação.

Encaminhamento vai pauta reunião CIB pactuação

2.3 – Aprovar a implantação do Centro de Atenção Psicossocial – Modalidade I, no município de Campinorte, de forma regionalizada com o município de Nova Iguaçu de Goiás. (SMS Campinorte)

Dra. Joyce Nonato – SMS Campinorte, disse Campinorte tem interesse de implantar o CAPS de forma regionalizada com o município de Nova Iguaçu de Goiás, é um benefício importante para atender os dois municípios, atualmente Campinorte é atendida, muito bem, pelo CAPS de Uruaçu, ter o serviço mais próximo, com certeza, facilita para a população.

Dra. Algemira - Regional de Saúde Serra da Mesa, falou desde 2024, Campinorte almejava implantar o CAPS no município, adaptou a estrutura para atender às necessidades da população, está com tudo pronto, aguardando a pactuação.

2.4 – Habilitação do CENTRO DE REABILITAÇÃO NAIDE BRITO CARVALHO como Centro Especializado em Reabilitação (CER) do tipo II, conforme as disposições da Portaria nº 793/2012 do Ministério da Saúde. (SMS Jataí)

Dra. Karenine Ribeiro – SMS Jataí, disse em reunião realizada nesta semana com a Gerência de Redes da SES e foram orientados a fazer a reativação de uma Resolução CIR antiga, acredita que de 2017, que habilitava o CAPS, na modalidade física intelectual, tipo II. Orientaram a fazer com urgência, razão pela qual foi feita uma Resolução CIR AD REFERENDUM inserindo o CAPS, tipo II no Plano Estadual da Rede da Pessoa com Deficiência.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva/COSEMS, disse que é um CER tipo II.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, questionou se já existe e funciona o CER tipo II, sendo então uma retificação de Resolução.

Dra. Karenine Ribeiro – SMS/Jataí, respondeu que sim, que a Resolução é antiga e pediram para fazer uma mais recente, colocando o CER Tipo II no Plano Estadual da Rede da Pessoa com Deficiência pois não conseguem habilitar porque o CER não está no Plano.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, questionou se a Resolução será AD REFERENDUM, devendo então aparecer com as Resoluções AD REFERENDUM.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, explicou que a

Resolução será normal, sendo que a anterior é que era AD REFERENDUM.

Dra. Lirce Lamounier – Secretaria Executiva/CIB, pontuou que a Resolução da CIR é que foi AD REFERENDUM.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, como o CER já está em funcionamento, a equipe técnica não tem nada a falar, devendo ir para a Reunião da CIB para pactuação.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB para pactuação.

3 – INFORMES:

3.1 – Adesão do(s) Centro(s) de Especialidades Odontológicas (CEO) à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. O presente Termo de Compromisso entrará em vigor a partir da data de publicação da portaria específica de habilitação do serviço, no Diário Oficial da União. (SMS Morrinhos)

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, perguntou se tem algum representante da SMS de Morrinhos na reunião e questionou se a pauta seria realmente informe e se é a adesão do Centro de Especialidades Odontológicas de Morrinhos à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretaria Executiva COSEMS, pontuou que o CEO é um ponto dentro da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência também, não é exclusivo, atende também pessoa com deficiência. Porém, disse que não entendeu a pauta e que falará com a apoiadora e pediu para passar para a próxima pauta.

Encaminhamento: item retirado de pauta

3.2 – Inauguração do serviço de Diálise Peritoneal na Policlínica de Posse. Apresentação: Roberta Leão (GAE/SPAIS/SES)

Dra. Adriana – Coordenadora de Nefrologia/GAE/SPAIS/SES, disse que a Diálise Peritoneal é um dos tratamentos de terapia renal substitutiva, sendo este o primeiro serviço estadual. Acontecerá no dia 6 do mês de junho, às 9h, na Policlínica Estadual de Posse, onde terão gestores de saúde da Macrorregião Nordeste e todos os envolvidos na linha de cuidado do doente renal, sendo de suma importância a participação de todos que estão inseridos no cuidado do paciente renal para poder conhecer um pouco do tratamento, que é tão bom para o paciente agregando e trazendo uma qualidade de vida ao doente renal.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, agradeceu e salientou que é um convite para quem está dentro da Macrorregião Nordeste a participar da importante inauguração do serviço de Diálise Peritoneal na Policlínica de Posse.

Dr. Hugo Montalvão – Regional de Saúde Central/SES, disse que quanto ao questionamento da adesão do CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, esclareceu que a Portaria diz que o atendimento da pessoa com deficiência é uma condição básica para ter o Centro de Especialidade, devendo ter 20 horas, 30 horas semanais de atendimento, porém, se faz a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, se compromete a ter atendimento ao paciente com deficiência 40h semanais.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, disse que não entendeu o porquê que o item entraria como informe, questionando se não precisa de resolução.

Dr. Hugo Montalvão – Regional de Saúde Central/SES, acredita que precisa de resolução.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, disse que precisa de resolução porquê existe percentual para habilitação, devendo ser pactuação. Questionou se o município de Morrinhos enviou a documentação para a equipe técnica, SES, Gerências solicitando a adesão.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, respondeu que verificará com a equipe.

Dr. Hugo Montalvão – Regional de Saúde Central/SES, disse que precisa de um monitoramento no local e a SES, Saúde Bucal e Vigilância devem estar de acordo e tem um acréscimo de 20% do recurso que o CEO já recebe do Ministério da Saúde.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, afirmou que entraram em contato com a SMS de Morrinhos, a pauta não foi discutida em CIR e a assessora não está presente na reunião. Sugeriu retirar a pauta e deixar para o próximo GT ou espera até quinta-feira e dependendo sobe para pactuação pois precisa de Resolução CIB.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, disse que foi informada que a equipe da SES orientou que não precisava de pactuação, seria somente informe mas vai verificar pois não vê razão para ser somente informe pois precisa enviar para o Ministério da Saúde. Verificará com a equipe e até quarta-feira terão um posicionamento.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva/COSEMS, acredita que foi uma



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

solicitação da Coordenação de Odontologia e está tentando falar com a Secretária Municipal de Saúde.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, questionou se os itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 podem ir para a Reunião da CIB como informe ou ao final das apresentações definirão.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva/COSEMS, respondeu que ao final definirão.

Dra. Hélia Alves – SMS/Morrinhos, quanto a pauta 2.1, explicou que o servidor pediu a solicitação mas não comunicou a gestão, não fazendo os trâmites necessários. Disse que farão os trâmites necessários para depois passar pela Resolução CIR e apresentar no GT.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, disse que o item 2.1 será retirado da pauta e que na próxima CIB passará novamente.

Encaminhamento: vai para reunião da CIB como informe

3.3 – Alterações de data 3º ECOPIS, 23 a 27 de setembro 2025. Local Centro de Cultura e Convenções. Apresentação: Nara (GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Lígia Duarte – GERAP/SPAIS/SES, justificou que estão passando essa pauta novamente sobre o ECOPICS pois como a agenda é apertada das Regionais, do COSEMS, dos municípios para participarem do evento, como a data foi alterada para o mês de setembro (23 à 27 de setembro 2025), pediu que todos reservem em suas agendas para participarem. O ECOPICS é o Encontro Centro-Oeste de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, que reúne todos os estados na Região Centro-Oeste e conseguiram um espaço maior para o evento devido a importância, ao público estimado em 600 pessoas, terão palestras, fóruns e oficinas. É necessário que os participantes estejam realmente envolvidos durante toda a semana, precisando sair dos municípios, assim, pediu que todos aqueles que não trabalham somente diretamente na área mas que usam das práticas integrativas, que tenham alguma associação com a temática, possam participar e reservem a data na agenda.

Encaminhamento: vai para a pauta da reunião da CIB como informe

3.4 – Encerramento do projeto Saúde e Bem viver – Fiocruz Mostra de trabalhos, data 26 de junho de 2025. Local SESG. Apresentação: (GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Lígia Duarte – GERAP/SPAIS/SES, disse que trouxe a pauta pois terá o encerramento do projeto com o curso “Saúde e Bem Viver: Cuidado Integral para Saúde Mental” no dia 26 de

junho de 2025 na Escola de Saúde Pública. Salientou que têm muitos estudantes que tiveram trabalhos aprovados, que precisam encerrar o curso, fazer parte do evento e necessitam de apoio dos seus municípios para participarem do evento, principalmente aqueles dos municípios mais distantes que precisarão pernoitar. Pediu o apoio e ajuda de todos os gestores, de todos os municípios, pois precisarão arcar com transporte, hospedagem e alimentação dos participantes. Convidou, também, a todos os profissionais das Secretarias Municipais de Saúde, os gestores e profissionais da SES a participarem do encerramento, vez que é um curso muito interessante. Pontuou que é um curso caro, em parceria com a Fiocruz, que é riquíssimo e os estudantes têm muito que apresentar no último dia, no encerramento. O público-alvo do encerramento/curso é principalmente os alunos, gestores e profissionais de áreas interligadas tanto da SES quanto da SMS. Enviará em breve, via Regionais, o link de inscrições para o encerramento do projeto.

Encaminhamento: vai para a CIB como informe

3.5 – Capacitação Online Síndromes Respiratórias. Apresentação: Lígia Duarte (GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Lígia Duarte – GERAP/SPAIS/SES, disse que estão iniciando as capacitações de Síndromes Respiratórias, de forma online, no dia 21/05/25 às 13 horas. O horário não é o ideal, mas por conta da disponibilidade de um profissional parceiro que falará por 01h30-02h00 sobre a questão do diagnóstico, manejo clínico, fluxos dos pacientes dentro da rede. Acredita ser um momento oportuno de falar a respeito vez que muitos municípios já têm sofrido com a questão, com grande número de casos e com dificuldade de manejo pelos profissionais. Convidou todos os médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e equipe multiprofissional da Atenção Primária à Saúde a participarem. O link foi encaminhado via Regionais o *card* apresentado, que caso não tenha chegado, chegará em tempo oportuno. Afirmou que transmitirão além do *link* do “Teams” pelo “youtube/saudegoias”. Pediu ampla divulgação da capacitação, pois muitos municípios e profissionais têm falado da necessidade e importância de serem capacitados. Disse que essa capacitação é a primeira de outras que serão feitas, que em breve divulgarão um calendário.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB como informe.

3.6 – Seminário Estadual de Avaliação de Resultados da Planificação da Atenção à Saúde. Apresentação: Cristiane Aparecida de Castro Mendes (GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Lígia Duarte – GERAP/SPAIS/SES, disse que o Seminário da Planificação será realizado no dia 17/07/2025, reservem a data na agenda, priorizem o momento diante da importância do evento. É um Seminário que tem como público-alvo os gestores, coordenadores de APS ou tutor municipal e tutores regionais da planificação. É um seminário de avaliação da planificação, sendo importante a participação dos gestores para que possam ouvi-los em suas avaliações, em especial no que está potente, e o que precisa melhorar, quais as potencialidades, as fragilidades do

processo. Assim, será um espaço importante e ideal para a escuta. Disse que quem participar do seminário terá uma percepção do que está sendo executado pela planificação, naquilo que o projeto tem contribuído, porque às vezes o gestor não está tão próximo das atividades e das oficinas e não consegue perceber o ciclo de melhoria dentro das unidades e também perceber quais as dificuldades que o território encontra na organização dos processos de trabalho e o que esperam do projeto e como podem contribuir ainda mais com o projeto. Assim, o seminário é de avaliação e terá uma comissão avaliadora que avaliará os trabalhos e experiências exitosas e levarão no dia 17/07 novas experiências para conhecimento de quais municípios e quais trabalhos foram selecionados. Disse que haverá um seminário nacional para apresentar os trabalhos, mas que no seminário estadual poderão ter a informação de quais trabalhos foram selecionados para a mostra maior. Ressaltou que terão um seminário posterior que trará experiências exitosas relacionadas à planificação.

Dra. Cristiane Mendes – GERAP/SPAIS/SES, informou que será disponibilizada a alimentação para todos os participantes, sendo uma maneira para diminuir os custos dos municípios. Disse que no final do triênio haverá um outro seminário estadual antecedendo o seminário nacional, assim, no próximo ano haverá um outro seminário.

Dra. Lígia Duarte – GERAP/SPAIS/SES, ressaltou que liberarão o link de inscrição do seminário em meados do mês de junho e pediu novamente a todos que reservem um espaço na agenda pois o seminário é um espaço de construção, troca e avaliação muito importante para todos.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, acredita que o único informe que não precisa ir para a pauta da CIB é o item 3.5 vez que a capacitação será dia 21/05/2025, um dia antes da reunião CIB. quanto aos demais, exceto o item 3.1, acredita ser interessante irem como informe para a reunião CIB.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, concordou e orientou a Dra. Lígia a fazer a apresentação dos informes de forma conjunta com sequência de *slides*, para otimizar o tempo na reunião CIB.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB como informe.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, agradeceu a participação de todos e todos que apresentaram, falaram e participaram do Grupo de Trabalho.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Secretária Executiva COSEMS, agradeceu também a todos e lembrou que o item 3.1 da SMS de Morrinhos fica na pendência e caso seja resolvido até quinta-feira irá para pactuação pois tem necessidade de pactuação.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – Superintendente da SPAIS, disse que foi colocado posteriormente que como não tem Resolução CIR, farão primeiramente uma Resolução CIR e entrará assim, na próxima reunião do Grupo de Trabalho para ser pactuado. Finalizou agradecendo novamente a todos.